

Gustavo Chies Cignachi

FRAUDE À EXECUÇÃO

**Interpretação e Aplicação
pela RDC É Objetiva**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8452-1

JURUA
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Cignachi, Gustavo Chies.

C571 Fraude à execução: interpretação e aplicação pela
 boa-fé objetiva./ Gustavo Chies Cignachi./ Curitiba:
 Jurua, 2018.
 196 p.

1. Direito privado. 2. Direito público. 3. Execução
 (Direito). 4. Boa-fé (Direito). I. Título.

CDD 347 (22.ed)
 CDU 347.9

00020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE A BOA-FÉ OBJETIVA DO DIREITO PRIVADO AO DIREITO PÚBLICO

1 DA BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO	15
1.1 BREVES NOTAS HISTÓRICAS	15
1.2 DA OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO	20
1.3 DEFINIÇÕES DA BOA-FÉ.....	22
1.3.1 Boa-Fé Subjetiva e Objetiva	22
1.3.2 Da Função Integrativa da Boa-Fé como Produtora de Deveres Jurídicos.....	28
2 SUBINDO A MONTANHA: A BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO PÚBLICO	33
2.1 O CARÁTER EXTRAVAGANTE DO DIREITO PÚBLICO	33
2.2 DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO PÚBLICO	34
2.2.1 Do Ingresso da Boa-Fé Objetiva como Instituto de Direito Público	34
2.2.2 Da Boa-Fé Objetiva e os Princípios da Legalidade e da Moralidade	37
2.2.3 Da Boa-Fé Objetiva e o Princípio da Publicidade e da Eficiência	44
2.2.4 Da Boa-Fé Objetiva e o Princípio da Impessoalidade.....	48
2.3 DA BOA-FÉ NO DIREITO PÚBLICO: POR UM MODELO TEÓRICO.....	50

SEGUNDA PARTE

A FRAUDE À EXECUÇÃO NA PERSPECTIVA DA BOA-FÉ OBJETIVA

1	DA FRAUDE À EXECUÇÃO COMO UMA RELAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO: CARACTERÍSTICAS, REQUISITOS E APLICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	53
1.1	DIFERENCIAÇÃO ENTRE FRAUDE À EXECUÇÃO E FRAUDE CONTRA CREDORES QUANTO À RELAÇÃO JURÍDICA SUBJACENTE.....	53
1.1.1	Fraude à Execução e Fraude Contra Credores: Abordagem Comparativa.....	53
1.1.2	Fraude à Execução e Fraude Contra Credores: Abordagem pela Teoria da Norma.....	60
1.2	REQUISITOS ESPECÍFICOS DA FRAUDE À EXECUÇÃO.....	67
1.2.1	Espécies de Fraude à Execução no “Novo” e no “Velho” Código de Processo Civil.....	69
1.2.2	Fraude à Execução e o Requisito da Litispendência.....	71
1.2.3	Fraude à Execução e o Requisito da Insolvência.....	72
1.2.4	Fraude à Execução e o Requisito do <i>Consilium Fraudis</i>	74
1.3	FRAUDE À EXECUÇÃO ESPECIALÍSSIMA: A HIPÓTESE DO ART. 185 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	78
2	A PERSPECTIVA OBJETIVA DO ESTADO DE BOA-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE COMO ELEMENTO DE INTERPRETAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO.....	87
2.1	AS FINALIDADES DA FRAUDE À EXECUÇÃO: RETOMANDO O MODELO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO PÚBLICO.....	87
2.2.1	A Exigência da Citação Válida.....	89
2.2.2	Natureza da “Demanda em Curso”.....	92
2.2.2.1	Da demanda cautelar.....	93
2.2.2.2	Da ação penal.....	94
2.2.3	Da Nova Situação Jurídica Criada pelo Inc. I do Art. 792 da Lei 13.105/2015.....	96
2.3	BOA-FÉ OBJETIVA E O REQUISITO DA INSOLVÊNCIA: REORGANIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	96
2.4	BOA-FÉ OBJETIVA E O REQUISITO DO <i>CONSILIUM FRAUDIS</i>	99

2.4.1	Da Estrutura dos Registros Públicos e a Fraude à Execução	100
2.4.2	Registros de Distribuição e Fraude à Execução	103
2.4.3	<i>Consilium Fraudis</i> na Perspectiva da Boa-Fé Objetiva.....	108
2.5	BOA-FÉ OBJETIVA NA FRAUDE À EXECUÇÃO DO ART. 185 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	110
2.5.1	Definição Conceitual e Natureza Jurídica da Dívida Ativa...	110
2.5.2	Do Procedimento Legal de Inscrição e da Certidão de Dívida Ativa.....	116
2.5.3	Os Efeitos da Inscrição na Perspectiva da Boa-Fé Objetiva .	120
2.6	POSICIONAMENTO DA BOA-FÉ OBJETIVA NA ESTRU- TURA DA NORMA JURÍDICA	122
2.7	POR UM MODELO MAIS SINTÉTICO	124

TERCEIRA PARTE

OPERATIVIDADE DA BOA-FÉ OBJETIVA NA FRAUDE À EXECUÇÃO, SITUAÇÕES DIFÍCEIS, QUESTÕES ABERTAS E DEFESA DO TERCEIRO ADQUIRENTE

1	ALGUMAS SITUAÇÕES DIFÍCEIS	129
1.1	DA FRAUDE À EXECUÇÃO SOBRE O NEGÓCIO FIDU- CIÁRIO: BOA-FÉ DO FIDUCIÁRIO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS CREDORES.....	130
1.1.1	Breve Origem Histórica e Natureza Jurídica da Alienação Fiduciária	131
1.1.2	Da Ineficácia da Alienação Fiduciária por Fraude à Execução	135
1.2	DO MOMENTO DA FRAUDE NA EXECUÇÃO FISCAL REDIRECIONADA NA PERSPECTIVA DO ADQUIRENTE.....	137
2	ALGUMAS QUESTÕES ABERTAS.....	143
2.1	BOA-FÉ OBJETIVA COMO PROTEÇÃO: A ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO CURSO DA DE- MANDA E SUA REPERCUSSÃO NA BOA-FÉ DO ADQUIRENTE	143
2.2	BOA-FÉ OBJETIVA E EFETIVIDADE MÁXIMA: CONSI- DERAÇÃO DO PROTESTO DE TÍTULO COMO MARCO PARA A FRAUDE À EXECUÇÃO	148
2.2.1	Origem, Definição Conceitual e Natureza Jurídica do Protesto de Título e Outros Documentos de Dívida.....	149

2.2.2	Dos Títulos e Documentos Protestáveis	152
2.2.3	Da Forma do Protesto	156
2.2.4	Dos Efeitos do Protesto por Falta de Pagamento Sobre o Devedor	159
2.2.5	Da Boa-Fé Objetiva, Deveres Extralegais e o Marco da Fraude à Execução de Crédito Protestado	163
3	DEFESA DO ADQUIRENTE	165
3.1	DO MEIO PROCESSUAL ADEQUADO: O CONTRADI- TÓRIO POSTERGADO PELA VIA DOS EMBARGOS DE TERCEIRO	165
3.2	DO CONTEÚDO MATERIAL POSSÍVEL PARA A DEFESA DO TERCEIRO ADQUIRENTE: A VIABILIDADE DE UMA PROTEÇÃO PELA BOA-FÉ OBJETIVA	170
3.2.1	Defesa Quanto ao Desconhecimento da Lide Preexistente ..	170
3.2.2	Defesa Quanto à Insolvência	173
3.3	DEFESAS ESPECÍFICAS PARA A HIPÓTESE ESPECIALÍ- SIMA DO ART. 185 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIO- NAL: A QUESTÃO DA DÍVIDA ATIVA “REGULARMENTE INSCRITA”	174
	CONCLUSÃO	181
	REFERÊNCIAS	183
	ÍNDICE REMISSIVO	185